



## Reduzir salários de terceirizados no Senado é absurdo sem precedentes



Estou estarelecido com a proposta absurda que circulou no Senado Federal em que a diretora-geral, Ilana Trombka, solicita à Advocacia-Geral da Casa avaliação da possibilidade de realizar cortes drásticos na folha de terceirizados, como vigilantes, copeiras, ascensoristas, trabalhadores da limpeza, dentre outros.

A justificativa tosca do documento é que os funcionários terceirizados recebem “valores acima do piso salarial” da categoria profissional. A ideia é equiparar a remuneração dos terceirizados ao piso das categorias correspondentes e passaria a valer quando uma nova companhia assumira o contrato.

No entanto, a diretoria manteria os mesmos funcionários com salários menores. Caso seja implementada, a medida atingirá 2.758

vigilantes, empregados da limpeza e de setores administrativos.

Esse acréscimo na remuneração dos terceirizados foi conquistado na década de 90, quando eu era deputado federal e conseguimos junto ao primeiro-secretário da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, e o diretor-geral do Senado era o agora distrital, Agaciél Maia.

Essa conquista foi implementada, em primeiro lugar, na Câmara dos Deputados e, a seguir, no Senado Federal. Considerando que os maiores salários do Brasil eram pagos exatamente no Senado e na Câmara dos Deputados, não era justo que os terceirizados também não tivessem um diferencial nas remunerações.

Agora, essa diretora-geral do Senado propõe reduzir o salário dos terceirizados como forma de contribuir para a economia das contas públicas. Na verdade, é um crime o que tentam fazer com esses trabalhadores mais humildes.

Estabeleci contato com a Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, composta por nove senadoras e senadores, para que não admitam em hipótese nenhuma essa violência. Tenho notícia de que mais de cinquenta senadores se posicionaram de forma contrária a tal proposta.

Acredito que, caso a senhora Ilana Trombka prossiga com esse intento criminoso e nocivo contra os trabalhadores, será a hora dos vigilantes, sob a liderança do Sindicato dos Vigilantes do DF, e dos demais trabalhadores terceirizados, liderados pelo Sindiserviços, promoverem uma greve geral no Senado para impedir esse corte nas remunerações.

Uma vez que essa redução seja concretizada no Senado, em pouco tempo será estendido à Câmara dos Deputados e seguirá para todos os

terceirizados do Brasil.

Esse é mais um dos itens da proposta maldita do golpista Michel Temer que está imbuído de destruir as conquistas dos trabalhadores. Espero que o restante da classe trabalhadora brasileira se insurja em solidariedade aos terceirizados do Senado.

Se hoje, são os trabalhadores prestadores de serviço no Senado, amanhã, poderá ser qualquer terceirizado no Brasil.

Deputado Chico Vigilante, líder do PT na CLDF

## Entenda o caso

# Polêmica à vista. Senado propõe reduzir salários de terceirizados

**Caso seja implementada, medida atingirá 2.758 vigilantes, empregados da limpeza, funcionários do setor administrativo, entre outros**

O intenção de reduzir salários de terceirizados do Senado Federal pôs os trabalhadores em alerta. Em um documento circulando nos bastidores da Casa, a diretora-geral, Ilana Trombka, solicitou à Advocacia-Geral da Casa avaliação da possibilidade de cortes na folha de pagamento do grupo. A medida, alega Ilana, busca contribuir para a economia das contas públicas, uma vez que os funcionários recebem “valores acima do piso salarial” da categoria profissional.

Na prática, a ideia visa equiparar a remuneração de pessoas contratadas por meio de empresas terceirizadas ao piso das categorias correspondentes. A mudança de salário passaria a valer quando uma nova companhia assumisse o contrato. A intenção da direção, porém, seria manter os mesmos funcionários, mas com proventos menores. Caso seja implementada, a medida atingirá vigilantes, empregados da limpeza e de setores administrativos.

“A situação é preocupante. Há servidores

aqui com mais de 20 anos de experiência. O que eles vão fazer se perderem o emprego? Não tem espaço para eles no mercado”, declarou um terceirizado sob a condição de ter o nome preservado.

Para tentar viabilizar a ação, Ilana Trombka teria perguntado ao advogado do Senado, em 17 de abril, sobre a possibilidade de realizar novo processo de licitação, pagando menos, mas mantendo os mesmos trabalhadores. Questionada pela reportagem por e-mail, nessa quarta-feira (25/4), a assessoria de comunicação do Senado respondeu apenas que “a Diretoria-Geral do Senado Federal não tem nenhuma decisão quanto ao assunto mencionado”.

Nesta quinta (26), o Metrôpoles voltou a questionar a Diretoria-Geral da Casa acerca do documento. Desta vez, por telefone. A assessoria pediu que a reportagem enviasse novamente a demanda por e-mail. Não houve resposta até a publicação desta matéria.

Fonte: [www.metropoles.com](http://www.metropoles.com)

# Crédito nas mãos de 4 bancos

Maiores instituições do país possuem 78% desse mercado e 76% dos depósitos, segundo BC

Os quatro maiores conglomerados bancários do país – Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – fecharam o ano de 2017 com 78,5% do mercado de crédito. É o que apontou o Banco Central (BC) por meio do Relatório de Estabilidade Financeira do segundo semestre do ano passado, divulgado nesta terça-feira (17). Outro dado revelado: os mesmos bancos detêm

76,35% dos depósitos de correntistas do país.

Os números ficaram praticamente estáveis em relação aos registrados no mês de junho de 2017, quando essas instituições financeiras detinham 78,65% de todas as operações de crédito, e 76,74% dos depósitos bancários do país.

Em 2007, as quatro maiores instituições financeiras possuíam 54,6% das operações de crédito e 59,34% dos depósitos, indicador que mostra que a concentração bancária era muito menor no país há dez anos.

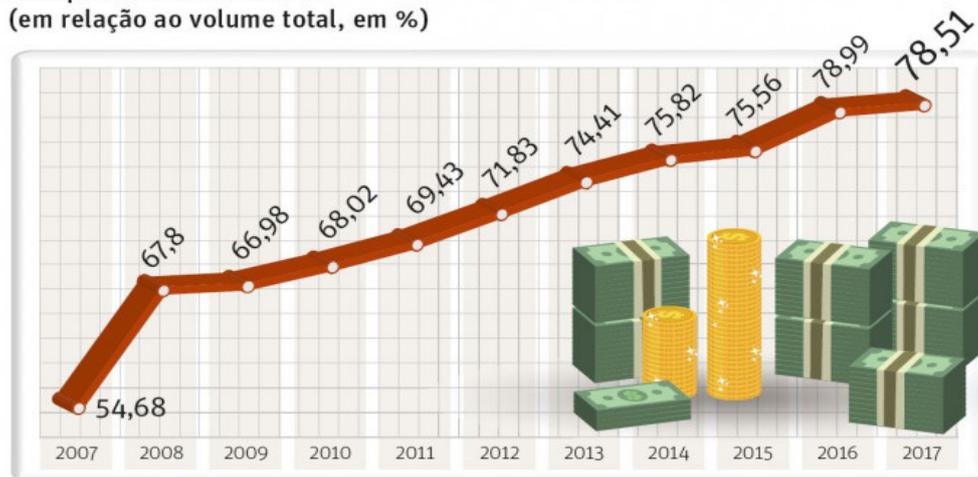
Os dados foram divulgados em um momento de questionamento da concentração de mercado e do impacto disso nos juros bancários, que continuam em patamar elevado em relação ao resto do mundo, mesmo em um cenário de redução da taxa básica da economia, fixada pelo Banco Central. Atualmente, a taxa está na mínima histórica de 6,5% ao ano.

Com relação ao lucro dos maiores bancos no ano passado, ele voltou a crescer, após ter recuado quase 20% em 2016.

Somados, os ganhos das quatro maiores instituições financeiras com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) – Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Bradesco e Santander – alcançaram R\$ 57,63 bilhões em 2017 frente a R\$ 50,29 bilhões em 2016, que

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Dos quatro maiores bancos  
(em relação ao volume total, em %)



FONTE: RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL

corresponde a uma alta de 14,6%.

O lucro da Caixa Econômica Federal, por exemplo, disparou 202,6% e foi para R\$ 12,5 bilhões.

No relatório de estabilidade financeira, a autoridade monetária avaliou que a rentabilidade dos bancos foi “fortemente beneficiada pela queda das despesas de provisão para fazer frente às eventuais perdas” e acrescentou que o “nível de provisionamento da carteira de crédito permanece adequado ao seu perfil de risco”.

Capital robusto. No relatório divulgado na terça-feira sobre as instituições financeiras, o Banco Central também avaliou que o sistema bancário “dispõe de capital robusto, em nível e qualidade, para suportar os riscos assumidos e a retomada da concessão de crédito”.

“O risco de liquidez, ou seja, a falta de recursos para honrar compromissos, continua a apresentar pouca preocupação para o sistema bancário, e a perspectiva é de manutenção do baixo risco para o primeiro semestre de 2018”, acrescentou a instituição em comunicado.

No relatório, a autoridade monetária também apontou que o maior motivo de preocupação do sistema financeiro do país passou a ser o cenário político e o risco fiscal, no lugar de recessão e inadimplência.

## Juros do cheque especial variam de 20% a 500% ao ano

Brasília. A diferença entre os juros cobrados em um banco ou outro no cheque especial pode variar até 26 vezes, do mais barato ao mais caro, em 29 instituições financeiras que oferecem esse tipo de crédito no Brasil. Dados do Banco Central com base nas taxas médias praticadas pelos bancos mostram que a taxa do cheque especial começa em 20,45% ao ano e chega a 526,13%, no período entre março e abril deste ano.

Entre os dez bancos que cobram as taxas mais altas do mercado, estão na lista os cinco maiores bancos do país: Bradesco, Caixa Econômica Federal (CEF), Itaú Unibanco, Banco do Brasil (BB) e Santander.

O cheque especial é uma linha de crédito emergencial, que permite ao correntista gastar um certo limite definido pelo banco, mesmo que ele não tenha dinheiro na conta. Por ser uma linha de curto prazo, os juros estão entre os mais altos do mercado, atrás apenas daqueles do cartão de crédito.

Novas regras. Em fevereiro, a taxa média cobrada pelos bancos nessa modalidade era de 324,1% ao ano. Uma das explicações dadas pelos bancos é a taxa de inadimplência. Ela era de 13,56% em fevereiro, enquanto o rotativo do cartão estava em 33,16%, segundo a autoridade monetária.

Para tentar reduzir as taxas, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) já anunciou

uma nova regra, que vai obrigar os bancos a oferecer opções mais vantajosas de crédito para quem utilizar mais que 15% do limite do cheque especial por 30 dias, para dívidas acima de R\$ 200.

O parcelamento deverá estar entre as alternativas que os bancos vão oferecer à dívida do cheque especial. As novas regras entram em vigor no dia 1º de julho.

## Cartões de lojas têm taxa de juros de mais de 800%

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste) realizou um levantamento entre 37 cartões de loja e apontou que os juros podem chegar a 875% ao ano.

Os cartões de marcas próprias, também conhecidos como “private label”, são cada vez mais populares entre os consumidores, porém os juros podem ser abusivos, é o alerta da Proteste. Em meio a tantas facilidades para adquiri-lo, é preciso muita cautela.

A anuidade dos cartões também foi um fator avaliado pela Proteste. Na maioria das vezes, as lojas prometem não cobrar dos consumidores, porém a entidade constatou que a realidade é bem diferente. Entre os avaliados e que não possuem anuidade, por exemplo, estão os das lojas Riachuelo e Renner (ambos para os cartões que só permitem comprar na própria loja).

Fonte: O Tempo

# Queda no rendimento é a confirmação do golpe contra os trabalhadores

Segundo dados do IBGE, trabalhadores mais pobres tiveram que viver em 2017 com rendimento médio de R\$ 47 por mês

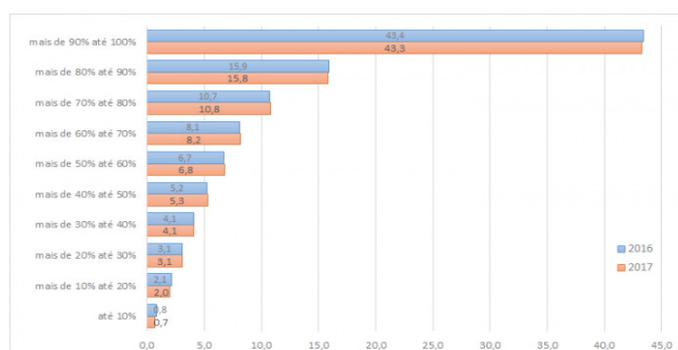


Gráfico da distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar per capita, efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios do ano, segundo as classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita – Brasil – 2016-2017

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 4,5 milhões dos trabalhadores brasileiros (5% da população) precisaram “se virar” em 2017 com um rendimento médio mensal de R\$ 47. Em 2016, era de R\$ 76. As informações fazem parte da pesquisa “Rendimento de todas as fontes”, feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta quarta (11).

“Nós avisamos que o golpe não era apenas para tirar a presidenta Dilma Rousseff e o PT do governo. Sempre dissemos que o golpe era contra o trabalhador, que teria direitos e salários reduzidos. Aí está a prova do que dizíamos. A renda do trabalhador, que já era uma coisa tão pequena caiu ainda mais com esse governo golpista no poder. Mas, os lucros dos bancos e das grandes empresas continuam crescendo sem parar”, observou Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Essa queda no rendimento dos trabalhadores mais pobres é consequência do aumento do desemprego, da precarização do trabalho e fechamento de vagas com carteira assinada. O próprio IBGE já havia divulgado que o desemprego no país voltou a crescer e registrou 12,6% no trimestre entre dezembro e fevereiro. Pior do que isso, ao contrário do que diziam os defensores da reforma trabalhista, os trabalhadores temporários, contratados para atender a maior demanda do final de ano, não foram efetivados.

O número de desempregados só não é ainda maior devido ao aumento do número daqueles que trabalham por conta própria, que alcança 23,1 milhões de pessoas. Um aumento de 4,4% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado (dezembro de 2016 a fevereiro de 2017).

## Concentração da riqueza

A pesquisa mostrou ainda que os 10% mais ricos concentraram 43% da massa de rendimentos do país em 2017, um total de R\$ 263 bilhões, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos deteve apenas 0,7% desta massa.

A diferença salarial entre o 1% da população que recebeu os maiores rendimentos (em média, R\$ 27.213) e os 50% que receberam os menores rendimentos (R\$ 754) foi de 36,1 vezes. Na região Nordeste essa diferença é ainda maior, chegando a 44,9 vezes. Na região sul, 25 vezes.

“Esse golpe reverteu a política de valorização salarial e redução das desigualdades regionais, que vinha sendo aplicada durante os governos Lula e Dilma”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT. “Se o trabalhador, que é quem gera a riqueza do país, não quiser ver os ricos cada vez mais ricos, enquanto eles têm que viver à mingua, é bom abrir os olhos nas próximas eleições. Sabemos quem votou a favor da reforma trabalhista e da lei de terceirizações, que retira direitos dos trabalhadores e dão uma série de benesses aos empresários. Sabemos quem votou a favor da criação de um teto para os investimentos em saúde, educação e em todas as políticas sociais que beneficiam as pessoas que mais precisam. Quem ajudou aprovar essas propostas não merece receber o voto dos trabalhadores”, concluiu.

Fonte: Contraf-CUT

## Funcionamento da CNTV



Informamos que em virtude do feriado do Dia do Trabalhador, dia 01 de maio, a CNTV estará em recesso no dia 30 de abril de 2018, segunda-feira. Retomamos nossas atividades normais a partir das 8h do dia 02 de maio de 2018.

**PARABÉNS A TODOS OS TRABALHADORES(AS)  
DO BRASIL**

# Reforma trabalhista empurra país para a pobreza, diz associação de juizes



Para a diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciana Conforti, a Lei 13.467, de “reforma” trabalhista, vai acelerar o caminho do país para a pobreza extrema e a desigualdade social. A análise é feita com base em dados divulgados nesta semana por uma consultoria (LCA), amparada com informações do IBGE, demonstrando que de 2016 para 2017 cresceu (11%) o número de brasileiros em situação de pobreza: no ano passado, eram mais de 7%, o equivalente a 14,8 milhões de pessoas.

“O trabalho intermitente ou contrato a zero hora não garante uma renda mínima e digna para que o trabalhador possa fazer face às suas necessidades mais básicas”, afirma a magistrada. Ela acredita que, com as mudanças trazidas pela lei, os índices de pobreza e desigualdade serão acentuados. Luciana chama a atenção ainda para o “estancamento” da redução da desigualdade no país, onde mais de 20% da renda se concentra no 1% da população mais rica.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

A Anamatra destaca ainda que o crescimento de postos de trabalho no Brasil, em 12 meses, deve-se basicamente ao mercado informal. De acordo com o IBGE, foram criadas 1,848 milhão de vagas em 12 meses, até janeiro, mas essa expansão vem do emprego sem carteira (986 mil) e do trabalho por conta própria (581 mil).

O presidente da associação, Guilherme Feliciano, afirma que a situação econômica “põe em xeque” a reforma trabalhista, particularmente nas propostas que preveem modalidades precárias de contratação. “A prestação de serviços de autônomo exclusivo implica em informalidade e o contrato de trabalho intermitente, se permite inflar as estatísticas do emprego formal, pode ser vazio de conteúdo, autorizando meses de contratação sem qualquer salário. Na prática, em situações como esta, a condição social será a mesma de um trabalhador informal”, critica.

Fonte: Rede Brasil Atual

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF